

## **Horácio Lafer: a formulação de um projeto hegemônico para a sociedade política (1933-1937)**

MAURÍCIO GONÇALVES MARGALHO\*

Esse empresário representou, na sociedade política, uma das mais expressivas lideranças orgânicas da burguesia industrial ligadas ao setor do papel, que emergiram, por assim dizer, para um local de destaque no interior das bases orgânicas do poder político. Lafer buscou cumprir tal propósito como representante de uma fração de classe da burguesia industrial através de sua permanente atuação no interior de instituições sociais que viabilizavam uma ampla atuação política, buscando, através de uma guerra de posição, atuar em frentes que se abriram em distintos momentos históricos. Em um período de participação política no Legislativo, esse campo de lutas não poderia ser desprezado. E, de fato, não o foi. A especificidade da ação político-social desse empresário orientou-se pela dinâmica conjuntural do espaço de relações, de acordo com a viabilidade existente para organizar a ação política dos grupos empresariais dos quais era representante. Assim, durante o Estado Novo, mais exatamente a partir de 1943, Horácio Lafer<sup>1</sup> passou a compor a atuar como conselheiro de órgão consultivo, tornando-se assim membro do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda.

Levando-se em consideração que se tratava de uma ação político-social cuja finalidade destinava-se a dar uma forma orgânica a atuação dos industriais do papel, entendemos que a conjuntura dos anos 1930 foi essencial para a Klabin fazer-se

---

\* Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Doutorando, em História, na referida instituição.

<sup>1</sup> O empresário Horácio Lafer teve uma longa trajetória na vida pública. Quando em 1934 se formou o Partido Constitucionalista, liderado por Armando Sales de Oliveira, Lafer ingressou na nova legenda, sendo eleito deputado federal em outubro de 1934 por São Paulo, iniciando a legislatura em maio de 1935. Durante o Estado Novo, Lafer retornou a se dedicar a suas atividades empresariais no grupo Klabin, não deixando, porém, o exercício das atividades públicas. “Foi membro da delegação brasileira presente à III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, realizada no Rio, de 13 a 28 de janeiro de 1942, encontro do qual resultou o rompimento de relações diplomáticas entre o Brasil e os países do eixo.” A partir de 1943, Lafer fez parte do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda, se mantendo no cargo até 1950. Após 1945, com o retorno das organizações partidárias, ele se filiou ao Partido Social Democrático, ao qual se manteve vinculado por toda sua vida pública. Tornou-se a se eleger Deputado em dezembro desse ano. Exerceu outras atividades, tendo sido Ministro da Fazenda no Segundo Governo Vargas. Cf. Verbete Biográfico no BHBB. s.d. – versão em multimídia; LAFER, 1988, pp. 29-36.

enquanto classe dominante na estruturas do Estado. O ensaio inicial para a atuação de Lafer na sociedade política como deputado classista, assim como para o exercício de uma função de intelectual (GRAMSCI, 2002: 20) voltada para edificar os pilares de uma hegemonia intelectual e civil, foi a sua participação na Constituinte de 1934, onde ele atuou em defesa da industrialização e em oposição às medidas políticas que se baseavam no fundamento de que a indústria artificial não poderia gozar dos mesmos benefícios e proteções que a indústria natural, mais especificamente a agricultura. Lafer preocupou-se, ainda, em defender o papel social do Estado, que segundo o seu entender deveria responsabilizar-se pelas medidas de assistência a classe trabalhadora, ele defendia a relevância orçamentária como recurso da ação disciplinadora e disciplinar do Estado e, ainda, a criação de Conselhos Técnicos para cumprirem o papel de assegurar uma integração entre o Estado e a Sociedade (LAFER, 1988: 30).

Não podemos perder de vista que o período em que Lafer efetuou seus trabalhos como constituinte assim como o de sua posterior atuação parlamentar (1935-1937) foi marcado pela participação da burguesia industrial em instituições bastante expressivas nas sociedades civil e política, resultando em uma luta entre classes burguesas para a composição orgânica das lideranças na formação de um bloco político, sobretudo durante o período que antecedeu ao Estado Novo. A trajetória deste empresário como Deputado nos anos anteriores ao Golpe de Estado de outubro de 1937 se deu em um período no qual a burguesia industrial obtinha as condições políticas para criar e organizar um bloco no poder, dirigido pelas lideranças de cada classe burguesa, com o propósito de representar os seus respectivos interesses de classe. Portanto, podemos afirmar que a meta dessa base orgânica era criar as condições sociais e políticas através das quais as classes burguesas se agrupassem para a elaboração uma engenharia político-social capaz de organizar os recursos políticos, sociais e econômicos disponíveis para a construção de uma hegemonia nas agências oficiais que formavam o poder do Estado. Isso demandava capital político, simbolizado no plano das alianças políticas e sociais.

A ascensão política do grupo Klabin, sobre a liderança da segunda geração de uma família cujas atividades empresariais no Brasil se originaram a partir de uma pequena burguesia imigrante que, no final do século XIX, começou suas atividades no setor mercantil, foi decisiva para a expansão empresarial do grupo. Aos olhos da

segunda geração, mais especificamente os empresários industriais que estavam efetivamente à frente no comando da *Klabin Irmãos & Cia*, o crescimento assim como as perspectivas de êxito no campo empresarial dependeriam de uma eficaz investidora nos aparelhos de Estado formados por sociedade civil e política. Os papéis desempenhados por Wolff Klabin e Horácio Lafer são representativos para entendermos como tais empresários agiram na função de intelectuais orgânicos de uma classe industrial com pretensões hegemônicas. Nesse sentido, a participação de Lafer como deputado classista foi essencial para o grupo empresarial do qual ele era um dos representantes, líder empresarial e acionista. Buscaremos compreender um pouco do papel desempenhado por esse empresário através da análise dos discursos produzidos por ele, posto que os Discursos, quando devidamente explorados, representam uma valiosa fonte historiográfica.

Na sessão ocorrida em 16 de dezembro de 1933, cujo Tema foi “Estado, Sociedade e Iniciativa Privada”, Horácio Lafer destacou o papel que, segundo ele, deveria ser atribuído ao liberalismo econômico, que ele compreendia como a mola mestra da ação econômica. De acordo com esse discurso:

*O sr. Horácio Lafer – Sr. Presidente, o mandato que trazemos das classes de trabalho aconselha-nos a aproveitar o próprio tempo, tendo o cuidado de não prejudicar o alheio. Devemos, por isso, localizar-nos, sem divagações, dentro do assunto que nos interessa elucidar e sermos comedidos em palavras. É o que procuraremos realizar.*

*Não é possível, entretanto, fixar o conceito de Economia Política sem relembrar o surto prodigioso das ciências físico-naturais. Foi esse esplendor de estudos das ciências que regiam a ordem natural das coisas que destruiu o exagero aristotélico, na sua feição escolástica, e veio a constituir, no século XVII, a estrutura orgânica de todos os conhecimentos humanos. Da sua independência primitiva, como ciência, as doutrinas físico-naturais evoluíram para absorver a própria filosofia que passou a ser mecânica. Era o desaparecimento do espírito puramente especulativo e filosófico dentro dos postulados vivos e movimentados das ciências físicas. Ainda hoje é facilmente compreensível como esse fenômeno pode ocorrer no domínio da cultura humana. (...).*

Após uma digressão pela qual sustentou que os pressupostos teóricos da Economia Política eram herdeiros das ciências classificadas por ele como físico-naturais, Lafer prosseguiu:

*Foi nesse ambiente intelectual, nessa atmosfera de exclusivismo científico, que a Economia Política teve a sua condição teórica, com Quesnay e, seguidamente, os demais fisiocratas. Essa filosofia física deu alicerce a todas as ciências sociais e à Economia Política Física. É o domínio das forças naturais, a materialização físico-mecânica dos fenômenos econômicos. A economia humana é governada pela natureza, dominada pela Física, que formula as leis e constrói a ciência. E como a Física vai buscar o átomo para suas bases, a Economia Política se circunscreveu no seu atomismo, que foi o homem. O homo-econômicus surge em cena.*

Ao definir aquilo que, no seu entender, seria a sociogênese do que classificou como *homo-economicus*, Lafer buscava delimitar os princípios orgânicos pelos quais formar-se-ia o lastro ético-social do *homo-politicus*. Ele não estava preocupado em tão somente definir os parâmetros pelos quais dar-se-ia a orientação no campo da ação econômica, mas, sobremaneira, em pensar a ação política em sua forma multidimensional. Assim, prosseguindo em seu discurso:

*A Economia Política tem assim localizado, precisamente, o seu campo de estudos em uma realidade de exteriorizações materiais, visíveis e circunscritas, o homem na sua composição física e nas suas ações delimitadas. Sobre esses dados a lógica poderia construir os teoremas econômicos.*

*Dessas bases resultou o individualismo, surgido do liberalismo econômico, que é o sistema que vivifica a ordem natural das coisas. Só o homem, estudado em sua realidade isolada, existia, e como o fim da Economia era estudar a ação econômica, na sua feição de jogo livre da natureza, a liberdade plena – determinada pela natureza livre –, constituía a estrutura do sistema econômico. Assim surgiam os Adam Smith, os Malthus, Ricardo, Jean-Baptiste Say, Stuart Mill, Blanqui e outros.*

*Não tardou, porém, a reação.*

*A filosofia libertou-se da escravidão das ciências naturais; a alma, o ideal, o metafísico, começaram a nortear os sistemas. Ao lado da Natureza surgia a Moral, ao lado do indivíduo, a sociedade. O homo-econômicus passou a ser estudado nas suas relações com os outros elementos, na sua vida social. A Economia Política tornou-se, então, uma ciência eminentemente social e se ligou à Moral. Submete daí por diante o exame de suas atividades econômicas ao conceito de sua finalidade moral e espiritual. (...)*

A conclusão desse discurso aponta a necessidade da atuação do Estado na economia, desde que não limitasse excessivamente o campo de ação do liberalismo econômico (LAFER, 1988: 123-125):

*Só há progresso econômico quando o indivíduo sente a sua atividade livre estimulando o seu espírito de empreendimento. E esse espírito só existe quando o homem pode colher os frutos do seu esforço sem a paralizadora intervenção alheia que limitando a sua liberdade, limita também o seu ardor de luta. (...)*

*Concordemos que o liberalismo econômico individualista pode e deve sofrer restrições, para que não perdure como um fenômeno resultante do simples e incontido egoísmo humano. Nunca, porém, poderá ser eliminado.*

*O fator ético, penetrando a atividade da Economia Política, prepara a ação social do estado e dá-lhe um campo de projeção. Sendo o primeiro postulado da moral a solidariedade humana, o Estado deve proteger os fracos, amparar os desvalidos [e] auxiliar o proletariado (...).*

Essa afirmação feita por Horácio Lafer, representante de uma grande família de industriais paulistas, expressa o postulado liberal para o qual ocorre uma distinção entre sociedade política e sociedade civil. Embora a burguesia industrial não julgasse oportuna uma intervenção estatal nas atividades econômicas, que eram, por excelência, entendidas como o celeiro da livre iniciativa, passava a ficar claro que não era possível e tampouco viável a ausência do Estado na regulamentação das relações sociais estabelecidas entre o capital e o trabalho. O auxílio ao proletariado e o amparo aos desvalidos se apresentava antes como um programa político do que como um exercício de moral e solidariedade humana, conforme mencionado no discurso acima.

Quanto ao papel social do Estado de proteger os fracos, parece tomar um sentido bastante político. As frações da burguesia agrária estavam entre aqueles para os quais a ajuda do Estado era fundamental para assegurar a integridade dos seus interesses econômicos. Ao mesmo tempo em que estimulava a industrialização, o Estado não abandonava a empresa agrária a sua própria sorte, pois dela provinha as divisas essenciais ao financiamento industrial (MENDONÇA, 1985: 26-27). Tendo a composição de sua ossatura institucional formada por dirigentes políticos ligados aos setores tanto da agricultura e da pecuária como da indústria, comércio e finanças, somente um Estado protetor desses muitos interesses econômicos poderia evitar uma fissura na composição de seu bloco histórico. Segundo Gramsci:

*O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que se deve levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida; que se forme certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa (GRAMSCI, 1980: 33).*

No exercício do mandato como deputado, Lafer apresentou o que, a seu ver, deveria delimitar a “organização institucional dos instrumentos de governos de qualquer povo moderno, no que [se relacionasse] aos interesses econômicos (...)” (LAFER, 1988: 126-127). Em outras palavras, ele estava preocupado em traçar as zonas limítrofes que separavam ação empresarial e ação Estatal. Orientado pelos pressupostos teóricos do economista Ernst Wagemann, para o qual os sistemas econômicos estavam divididos “segundo a sua forma de organização e o seu grau de intensidade”, Lafer classificou o Brasil como sendo um país neocapitalista e, portanto, que não poderia prescindir da ajuda do Estado. Para ele, em países que ainda não eram capitalistas ou que, a exemplo do Brasil, eram neocapitalistas, “a iniciativa individual [precisava] ser estimulada (...). [No entanto,] o Estado [devia] quedar nos limites mínimos do seu poder de intervenção”. Concluindo o seu discurso, o constituinte arrematou com a seguinte declaração:

*No Brasil (...) o Estado deve ser discreto, comedido, exercendo apenas uma ação de solidariedade humana, no amparo às classes desfavorecidas e dentro de um sistema de providências que não ataquem a iniciativa privada e antes aproveitem e desdobrem. Esta deve ser a orientação da nossa ordem econômica e social. O capital em sua forma genuína, (...), pelos remanescentes dos rendimentos da produção (LAFER, 1988: 129).*

Não obstante a sua preocupação em estabelecer, no que dizia respeito aos fundamentos de uma política econômica, as normas pelas quais o Estado deveria exercer uma função não calcada em uma atitude intervencionista, enquanto político Lafer se preocupava em afirmar que naquele momento histórico era aceitável que houvesse um intervencionismo moderado, desde que não prejudicasse a iniciativa privada. No que se relaciona com a sua participação na Câmara dos Deputados, importante espaço da sociedade política, durante o período de sua primeira legislatura Lafer traçava o risco de sua trajetória em um espaço social que oferecia as condições apropriadas para a legitimação da visão de mundo social compartilhada por ele e outros industriais, com os quais ele se relacionava na elaboração da engenharia político-social da hegemonia. Se a ação orgânica orientada através das dimensões políticas oferecidas pelo Legislativo não era suficiente para a construção da hegemonia, nem por isso esse espaço era inexpressivo. Tratava-se, portanto, de criar uma unidade orgânica “cultural-

social” que tornasse possível organizar a vontade política e dar uma forma jurídica aos projetos das classes burguesas com as quais a Klabin se relacionava (GRAMSCI, 1991: 36. 9ª ed). Permitindo, assim, traduzir para a forma política as aspirações econômico-corporativas do empresariado industrial ligado ao grupo. E foi com esse propósito que Lafer se projetava como deputado, buscando ascender aos níveis hierárquicos específicos do poder político através do Legislativo.

Isso implica reconhecer que a Klabin buscava, através da guerra de posição, obter as condições mais favoráveis a realização de manobras e movimentos que fortalecessem politicamente o grupo como, ainda, criassem as condições para a aquisição de alianças que não se restringiriam a meio empresarial, mas que, sobretudo, fossem aplicáveis ao político-jurídico. Cabe ressaltar que a ação política do referido grupo empresarial não se restringiu ao Legislativo, tendo se desdobrado em muitas outras instâncias de poder – a exemplo de aparelhos privados, tais como sindicatos e associações empresariais. Cumpre ressaltar que a ação política não se restringe ao espaço dos partidos oficiais, e que, tampouco, somente essas instituições podem atuar com partido. Portanto, entendemos que aparelhos privados de classe podem cumprir a função de partidos e funcionar como espaços organizadores da vontade política de uma classe. Durante o Estado Novo, diante da ausência de partidos políticos de legenda, a burguesia industrial usou suas associações de classe para organizar sua ação política. A expressão maior de que a segunda geração de empresários da *Klabin Irmãos & Cia* buscava atuar em frentes amplas de participação política se refletiu na própria política executada pela empresa ao longo dos anos 1930, viabilizando a diversificação dos investimentos do grupo. Segundo os relatórios da *Evolução de Estrutura Administrativa do Grupo Klabin (1899-1999)*, organizado pelo Acervo do Centro de Documentação e Memória de Klabin, referente à década de 1930:

*Nesse período, a Klabin Irmãos & Cia. – viveu seu primeiro “boom” de desenvolvimento. O grupo transformou-se num dos mais importantes do país, entrando num processo de rápida expansão e diversificação de suas atividades sob a direção do “tripé” formado por Wolff Klabin, Horácio Lafer e Samuel Klabin.*

A expansão empresarial da Klabin está diretamente associada a atuação política da segunda geração, sobremaneira a tríade supracitada, que compôs o Estado-

maior da administração e planejamento da ação social da empresa *Klabin Irmãos & Cia.* No que se relacionava com os negócios da empresa, para esses industriais estava claro que a política da empresa deveria ser executada através da ação política empresarial. Ou seja, o crescimento empresarial assim como a maior probabilidade de êxito nos investimentos buscados pela diretoria de KIC dependia da capacidade de ação política dos empresários que naquele momento estavam no comando do núcleo administrativo da empresa. Quanto à trajetória política desses empresários, esta se deu no interior de um circuito social bastante amplo, formado pelo complexo institucional sociedade civil / sociedade política. Portanto a expansão da KIC enquanto empresa, assim como a gradativa implementação de seu projeto hegemônico, somente foi possível devido as relações sociais estabelecidas por esses industriais. As funções exercidas pelos membros da família aparecem definidas no relatório supracitado da empresa, da forma seguinte:

*Em São Paulo Horácio Lafer desempenhava papel fundamental no encaminhamento de contatos comerciais e políticos. (...) No Rio de Janeiro, Wolff Klabin traçava estratégias administrativas e de expansão para o Grupo. Os demais herdeiros – co-sócios – também participavam das atividades da empresa, exercendo cargos administrativos. Embora os traços característicos da empresa familiar permanecessem presentes, os empreendimentos realizados colocaram, sob a direção de KIC, indústrias modernas e avançadas, que se diferenciavam perante os padrões da época.*

Embora Wolff Klabin seja mencionado como o responsável pela elaboração da estratégia administrativa e empresarial pela qual o grupo se orientava, não é correto limitar sua atuação tão somente a atividade empresarial, restringindo sua participação às atividades voltadas a interesses tão somente econômicos. Considerando que a política é uma ação permanente da qual se originam constantes formas de organização, entendemos que é impossível pensar a atuação deste empresário como descolada das relações de força que caracterizam a atuação política (GRAMSCI, 1980: 14). A participação dele na Federação Industrial do Rio de Janeiro foi uma expressão de como se deu sua ação política. Cabe ressaltar que na Ata da Assembléia Geral Ordinária da FIRJ, em reunião datada de 20 de janeiro de 1934, consta que “ (...) em 17 [de janeiro de 1934] (...) a Federação recebera [um] ofício do Sindicato dos Industriais de Papel do Rio de Janeiro, cuja representação vinha a compor-se dos Srs. Dr. Antonio Bezerra

Cavalcanti e Wolff Klabin Kadischewtiz.(...).”<sup>2</sup> Esta ata registra, ainda, que Wolff tornou-se um dos membros do Conselho Diretor da FIRJ no biênio administrativo de 1934-1936. Tal informação é relevante, pois nesse período a KIC estava negociando a compra do terreno de 144 mil hectares no Estado do Paraná, onde planejava investir na construção de um complexo urbano-industrial destinado a produção de celulose e papel.

Com base nessas fontes, podemos analisar como se deu a atuação de Wolff Klabin como organizador da vontade política de uma fração de classe industrial, uma vez que será possível a observação de algumas dimensões do modo pelo qual este empresário buscou efetuar uma acumulação de capital político, entendido como uma forma simbólica de capital, através da construção de um prestígio com o qual ele pode contar na composição de alianças que foram essenciais para os interesses do grupo. Cabe frisar que se a década de 1930 representou, para a *Klabin Irmãos & Cia*, um divisor de águas quanto ao crescimento empresarial, é preciso salientar que não se pode entender o êxito do empreendimento das *Indústrias Klabin do Paraná de Celulose* sem analisar as devidas conexões políticas que emergem a partir das relações sociais estabelecidas pelos burgueses industriais da segunda geração da Klabin. Não se tratava simplesmente de enxergar o fenômeno e de criar as respostas inovadoras, mas, sobretudo, de aproveitar a conjuntura e organizar a vontade política da classe. O aproveitamento da conjuntura a qual nos referimos depende da produção de condições políticas favoráveis, o que somente é possível através de uma ação capaz de ampliar a participação no aparelho de Estado, partindo da sociedade civil para a sociedade política.

Consideramos que Wolff Klabin foi responsável por fiar uma elaborada rede social, que era integrada por dois sujeitos que foram aliados de primeira grandeza para os interesses da KIC: Francisco de Assis Chateaubriand e Manuel Ribas, Governador e, posteriormente, Interventor do Estado do Paraná. A rede de relações obtida pelos empresários do grupo pesquisado está inserida na lógica da construção de uma hegemonia pela burguesia industrial através da ocupação de espaços de poder no Estado. Sendo a luta pela hegemonia um processo permanentemente inacabado, não se pode desconsiderar, portanto, que a história de uma empresa está inserida nos muitos pontos de contato estabelecidos entre empresa-sociedade-política-economia.

---

<sup>2</sup>Biblioteca da Firjan. **Federação Industrial do Rio de Janeiro**, Atas da Diretoria.

Tais contatos dar-se-iam no interior das instituições onde se davam as contendas pelo poder. Essa luta se deu tanto no plano dos aparelhos privados de hegemonia como nas demais agências compunham os espaços de poder no Estado. No caso, os Klabin ocuparam representativas instituições tanto no circuito do público quanto no do privado, a exemplo do *Conselho Técnico de Economia e Finanças* do Ministério da Fazenda e das entidades de classe como: *Instituto De Organização Racional do Trabalho*, *Centro Industrial do Rio de Janeiro*, *Centro das Indústrias do Estado de São Paulo*, *Federação Industrial do Rio de Janeiro*, *Federação das Indústrias do Estado de São Paulo* e a *Confederação Nacional da Indústria*.

Voltaremos à atuação de Horácio Lafer no Legislativo para observarmos as dimensões da atuação política nesse espaço da sociedade política e o que isso representou para organização dos interesses industriais. Como deputado Lafer defendia a rigidez no equilíbrio orçamentário e na disciplina do Estado para com as finanças, demonstrando assim uma preocupação com a orientação financeira do país. Em Sessão de 16 de janeiro de 1934, o referido deputado classista afirmava sua convicção de que “(...) a orientação financeira (...) constitui o nervo máximo da República.” Segundo as ideias deste empresário, a Constituição deveria dar atenção especial a gestão das finanças públicas. Recorrendo novamente as palavras de Lafer:

*A saúde financeira de um povo avalia-se pelos resultados dos seus orçamentos, e o seu índice moral, pela exata e minuciosa fiscalização do emprego do dinheiro público. No orçamento está o apoio da ordem financeira, mas na fiscalização se revela a consciência ética da administração nacional. É o problema do equilíbrio do orçamento, de um lado, e o controle minucioso dos gastos, do outro. Esse, o assunto que hoje estudarei com a convicção de quem procura atrair a atenção pública dos estudiosos sobre a matéria de importância vital para o nosso futuro, através da nova Constituição (LAFER, 1988, p. 130).*

A preocupação do referido parlamentar e empresário industrial com o equilíbrio orçamentário pode ser compreendida como uma política que visava controlar e organizar as divisas que poderiam ser empregadas para suprir as necessidades econômicas mais essenciais, havendo toda uma preocupação da classe burguesa industrial em planejar a aplicação dos recursos que poderiam ser aplicados na industrialização. Portanto, a racionalização e a fiscalização das despesas públicas era um valioso instrumento para a referida classe analisar com clareza as opções disponíveis

aos seus interesses enquanto parte constitutiva do “bloco dominante no que se refere aos investimentos do Estado” (HONORATO, 1987: 117). Assim, criam-se as devidas condições para se hierarquizar as prioridades, que vão de encontro não apenas aos interesses da classe industrial no interior do bloco no poder, mas, sobretudo, as classes que embora não fossem politicamente dominantes, dispunham de um poder político sem o qual não seria possível assegurar o equilíbrio e a estabilidade político-social no núcleo orgânico do bloco no poder assegurando, assim, a sua integridade em face das prováveis fissuras que ocorrem em decorrência de conflitos políticos entre classes dominantes. Diante de uma conjuntura na qual uma crise econômica de grandes proporções afetava a predominância absoluta da estrutura mercantil primário-exportadora, Lafer, assim como outras lideranças da burguesia industrial, buscou ocupar os espaços institucionais apropriados para assumir a posição de intelectual orgânico de uma fração de classe industrial, viabilizando a ascensão política e econômica da KIC.

Nesse sentido a preocupação do deputado e idortiano Horácio Lafer com o equilíbrio orçamentário explica-se como a forma sociopolítica de uma ação empresarial que buscava firmar um projeto hegemônico empreendido pelas lideranças industriais. Os argumentos apresentados por Lafer sobre a importância do equilíbrio e do controle rigoroso nas finanças públicas ficam mais evidentes ao analisarmos as palavras dele a esse respeito, que sustentavam que a

*Representação na ordem política pode muito bem traduzir-se, na ordem financeira, pelo controle das despesas, exercido pelos órgãos delegados dos representantes do povo. Sob o aspecto político, a legítima representação equivale à presença [potencial] do povo nas assembleias legislativas e no exercício do poder de feitura das leis; sob o aspecto financeiro, o rigoroso controle das despesas, que se pagam com as contribuições, desse mesmo povo, exprime o exercício constante da fiscalização necessária para que o produto dessas contribuições não seja desbaratado em fins sem utilidade ou oportunidade (LAFER, 1988: 130).*

O discurso apresenta o pensamento social de Lafer lastreado nos princípios da democracia liberal burguesa, para a qual a eleição habilitava o político a tornar-se um representante do povo. Cumpre observar que para além do mito da democracia liberal burguesa sabemos que na realidade a representação estava calcada em pilares sociais mais sólidos, posto que em sua múltipla dimensão social a realidade histórico-

sociológica está dividida em classes sociais, que travam uma luta constante pela hegemonia. Portanto Lafer representava uma fração de classe burguesa industrial em ascensão e que durante o período constitucional do governo Vargas tinha no parlamento um espaço estratégico para fazer-se enquanto classe dirigente no interior do bloco histórico que estava sendo gestado. A fiscalização necessária sobre o produto arrecadado a qual Horácio Lafer se referia tinha como fim assegurar que uma parte dos recursos pudesse ser usada no processo de financiamento a industrialização. A própria evolução do sistema bancário que seria responsável por prover os recursos financeiros ao processo de industrialização, sobretudo através de sistemas de crédito, dependeria que uma rigorosa contenção dos recursos arrecadados criasse as condições para a formação de uma engenharia social do capital financeiro que seria empregado nesse processo, delimitando assim as prioridades da política creditícia executada, que teve os industriais entre os seus maiores beneficiários (BEAUCLAIR, 1974: 40-45).

A atuação empresarial do grupo Klabin não podia, portanto, estar descolada das atividades políticas dos industriais, pois a construção da hegemonia de qualquer setor da burguesia – industrial, financeira ou comercial – precisa ocorrer para além do espaço empresarial. Por conseguinte, a segunda geração do referido grupo empresarial atuou ativamente nas múltiplas instituições que consubstanciaram a sua posição hegemônica no complexo institucional formado pela sociedade civil e sociedade política. O que significa que a construção das IKPC deve ser entendida nas conexões entre a política e os interesses econômicos de classe, em sua relação com a política econômica e o Estado (LEOPOLDI, 2000: 110-112). Destacamos a seguir um outro ponto central para a criação de condições para a formação de um poder orgânico da burguesia industrial no núcleo dos espaços institucionais de importância política estratégica no decorrer dos anos 1930 – o protecionismo. Ainda segundo Leopoldi (2000:111):

*Em toda a década de 1930, os industriais acompanharam o nascimento da era keynesiana, e, com ela, a transição do liberalismo econômico (na época chamado de livre-cambismo) para o protecionismo no comércio internacional. Seguem de perto as medidas protecionistas tomadas pelos governos dos Estados Unidos, da Inglaterra e da Alemanha. Os fatos da conjuntura internacional reforçaram o seu discurso protecionista.*

Os discursos de Lafer produzidos nos anos 1930 estão imersos nessa conjuntura, na qual havia uma tendência das economias descreverem um movimento centrípeto, direcionando-se para proteção dos mercados internos. As práticas de poder que emergiram nesse período permitiram que o grupo pesquisado construísse os laços orgânicos que formaram os pilares sociopolíticos das redes de poder tecidas pela segunda geração, inseridas no contexto de construção-manutenção da hegemonia pela burguesia industrial. Os primos Wolff Klabin e Horácio Lafer foram favorecidos pela instabilidade externa e pelas condições políticas internas e através delas encontraram as condições para ascender politicamente e formar as bases sociais para tornarem-se lideranças dirigentes representativas para fração da classe burguesa do setor produtivo industrial de celulose e artigos papel.

Em última análise, a relação que o grupo Klabin estabeleceu com Getúlio Vargas foi o núcleo-nervo do lugar de destaque conquistado pelo referido grupo empresarial no interior do bloco no poder que se formou no período de 1930-1945. Retornando aos discursos do deputado Lafer, na já referida sessão de 16 de Janeiro de 1934 sobre o ‘Equilíbrio Orçamentário e a Disciplina do Estado’, ele afirma que “(...) o equilíbrio orçamentário, importando na justiça da tributação que só deve ser exigida e despendida conforme as necessidades exatas da coletividade, é o equivalente da justiça na ordem política, para a defesa e equilíbrio de todos os direitos legítimos” (LAFER, 1988: 132). A referência ao equilíbrio dos interesses legítimos decerto pode ser compreendida como aos que atendessem as demandas dos complexos empresariais de caráter fabril sem, entretanto, deixar de lado as do setor primário-exportador. Tratar-se-ia de um equilíbrio bidimensional: político e econômico.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Essa dupla dimensão explica-se pelo fato de que o bloco no poder do qual a burguesia industrial fez parte durante o Primeiro Governo Vargas surgia a partir de uma Revolução Passiva, e, portanto, não era possível assegurar uma estabilidade política no interior do bloco sem que se levasse em conta os interesses econômicos e políticos de classes tradicionais como, por exemplo, o da burguesia agro-mercantil.

## Bibliografia

- BEAUCLAIR, Geraldo. **A Evolução do Sistema Financeiro na época Vargas**. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 1974.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 7ª ed. – RJ, Bertrand Brasil, 2004.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Vargas: o capitalismo em construção 1906-1954**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1989.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 5. RJ: Civilização Brasileira, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. 4ª ed; Civilização Brasileira, RJ, 1980.
- \_\_\_\_\_. **Concepção Dialética da História**. RJ: Civilização Brasileira, 1991. – 9ª Edição.
- HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991**. SP, Cia das Letras, 1995.
- HONOTARO, Cezar Teixeira. **O polvo e o porto: a Cia. Docas de Santos (1888-1914)**. São Paulo, SP: Hucitec, 1996.
- LAFER, Horácio. **Discursos Parlamentares**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1988 (Organização e Seleção de Celso Lafer).
- LEOPOPLDI, Maria Antonieta Parahyba. **Política e Interesses na Industrialização Brasileira: as associações industriais, a política econômica e o Estado**. SP: Paz e Terra, 2000.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e Economia no Brasil: opções de Desenvolvimento**. RJ: Graal, 1985.
- PIQUET, Rosélia. **Cidade-Empresa: presença na paisagem urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- SCHUMPETER, Joseph. **A resposta criadora na História Econômica**. In: LUCAS, Fábio (org.). **Economia e Ciências Sociais**. Zahar, Rio de Janeiro, 1969.
- SOUZA, Célia Aparecida de. **A Influência do IDORT na reconfiguração do Bloco no Poder durante o Estado Vargas entre 1931 e 1937**. Dissertação apresentada ao Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e à Comissão Julgadora como exigência parcial para obtenção do grau de mestre em História sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vera Lúcia Vieira.

## Fontes Primárias

- Atas da Assembléia Geral Ordinária da Federação Industrial do Rio de Janeiro, 1934-1938**. Acervo da Biblioteca da Firjan.
- Evolução da Estrutura Administrativa do Grupo Klabin (1899-1999)**. ACERVO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN.